

A IMPORTÂNCIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA (DIALETOS E REGISTROS) NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Miriam Lúcia BARBOSA – UEMG/FaPP (miriamluci@hotmail.com)

Resumo: A variação linguística mobiliza estudiosos e professores no ensino da língua na escola em torno da norma culta, pois os docentes ao divergenciarem suas didáticas, estão causando o desinteresse e o silêncio do aluno, prejudicando o desenvolvimento de suas competências discursivas e, sobretudo o desenvolvimento do cidadão, que precisa ouvir, mas precisa aprender a se expressar. Além de não facilitarem a ele o acesso a toda aquela produção em norma culta, diminuindo suas possibilidades de interagir com o mundo. Assim sendo, este trabalho procura mostrar que a norma culta apesar de ser um dos dialetos definidos por critérios socioculturais; não é obrigatoriamente o espaço da língua escrita ou da literatura e deve ser trabalhada na escola, como o dialeto que o aluno deve ir aos poucos dominando, por ser o mais adequado a certas situações de comunicação, sem desconsiderar os muitos avanços das ciências linguísticas, que se voltam cada vez mais para a valorização da língua cotidiana de cada locutor e de sua expressão oral. Dessa forma, apresenta-se um estudo rico e profundo do tema “A importância da variação linguística (dialetos e registros) no ensino da língua portuguesa”, sendo de grande relevância que os professores que trabalham a disciplina de língua portuguesa revejam suas metodologias de avaliação educacional, já que ela é uma tarefa necessária e permanente no trabalho do professor e acompanha todos os passos do processo de ensino-aprendizagem, nesse sentido, deve-se considerar a variação linguística nesses processos educativos.

Palavras-chave: Variação linguística, Ensino da língua, Texto literário, Avaliação Educacional.

Financiamento:

Atualmente, o ensino da língua portuguesa depara-se com duas posições problemáticas no trabalho da escola com a norma culta: enquanto um grupo de professores considera que o domínio da norma culta é o principal objetivo do ensino da língua na escola; outros professores veem a norma culta como uma arbitrariedade, dando pouca ou nenhuma importância ao ensino da língua padrão.

O resultado disso é que não se cumpre um dos grandes objetivos do ensino da língua portuguesa, que é ajudar o aluno a desenvolver a capacidade de compreender e produzir os mais diferentes textos, para as mais diversas situações de uso da língua; acarretando o desinteresse e o silêncio do aluno, diminuindo suas possibilidades de interagir com o mundo e prejudicando-o nas avaliações educacionais ao considerar apenas o “certo ou errado” dando pouca importância a construção do conhecimento e a troca de informações.

Por ser uma grande fonte de equívocos quando a questão e seu ensino na escola, sobretudo no ensino fundamental; a norma culta ou norma urbana de prestígio possui duas

posições problemáticas: 1 - Um grupo de professores consideram que o domínio da norma culta é o principal objetivo de ensino da Língua Portuguesa na escola; 2 - No outro extremo, há professores considerando que o aluno já domina a verdadeira língua (a oral), e na qual ele se expressa com (toda?) eficiência; considerando também que o ensino da norma culta é uma arbitrariedade, dão pouca ou nenhuma importância ao ensino da língua padrão.

O tema aqui proposto é a importância da variação linguística (dialetos e registros) no ensino da língua portuguesa e sua relação com a avaliação educacional. Nesse contexto, é relevante um estudo que vise conhecer e oferecer ferramentas que possibilitem a consciência de que o professor deve trabalhar em conjunto a gramática normativa e a variação linguística. Diante disso, este trabalho aqui se justifica.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivos propor uma didática com o intuito de desenvolver a capacidade do aluno na compreensão e produção dos mais diferentes textos para as mais diversas situações de uso da língua. Mostrando as características, limites, importância da norma culta, e ao mesmo tempo, apresentando a total liberdade no uso das variantes da língua que só o texto literário pode oferecer, cumprindo assim um dos grandes objetivos do ensino da língua portuguesa, bem como procurar mostrar as características, limites e importância da norma culta, além de evitar a prática distorcida de apresentar a variação como se ela existisse apenas nos meios rurais ou menos escolarizados; apresentar total possibilidade de liberdade de construção que fornece o texto literário e distinguir as marcas principais das duas modalidades em que se realizam todos os textos verbais, a língua oral e a língua escrita.

1 – A LINGUAGEM E SEUS PRESSUPOSTOS

A linguagem é o aparato de comunicação e, portanto, as palavras contidas nas línguas são convenções criadas pelos falantes, ou seja, elas possuem o significado que as pessoas estabelecem. Por extensão, poderíamos afirmar que a linguagem é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. Ela é a ferramenta utilizada pelo homem para modelar seu pensamento, expressar sua vontade e seus atos; é o instrumento com o qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana.

Contudo, a definição de linguagem é apresentada por Vianna (1997, p. 20) como sendo “o conjunto de sinais que a humanidade intencionalmente se serve para comunicar as suas ideias e pensamentos. A linguagem constitui o apanágio do homem”. Segundo o autor,

sob uma ótica filosófica, por meio da linguagem, somos capazes de manifestar nossos sentidos.

Em resumo, linguagem constitui-se uma forma de atividade geral específica do cotidiano dos seres humanos e que, como tal, possui elementos que possibilitam a comunicação. Ela é, em última análise, um conjunto de operações, próprias do sistema linguístico e/ou do não-verbal, que representam a articulação das ações individuais em que se estrutura a atividade humana.

O homem não poderia expressar-se nem organizar-se em sociedade sem a linguagem, afinal, a convivência supõe o estabelecimento de normas ou regras que cada um deve respeitar para que haja um mínimo de harmonia no seio da coletividade humana. Não se pode pensar nas grandes descobertas, na história, sem a linguagem, pois ela é que transmite às novas conquistas de uma geração a outra.

Ao tratar sobre a cultura e sua influência na língua, Cunha (2008, p. 18) afirma que

A cultura, entendida como o conjunto de formas de fazer, pensar e sentir de uma pessoa ou de uma sociedade é uma construção histórica e varia no espaço e no tempo. A língua é, ao mesmo tempo, a melhor expressão da cultura e um forte elemento de sua transformação. A língua tem o mesmo caráter dinâmico da cultura.

Cabe aqui destacar o significado de variação linguística, que, conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá independente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que os constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala (BRASIL, 1998, p. 29).

Por causa de características próprias de cada tipo de variação, as quais se diferenciam uma das outras, as variedades linguísticas, são também conhecidas como sociolinguísticas, sendo também classificadas em: dialeto, socioleto, cronoletto e idioleto.

O dialeto é uma variedade linguística regional ou social, mais ou menos identificável. A diferença regional acontece devido à grande extensão de terra em que uma língua está inserida, o que acaba provocando, necessariamente, mutações em nível linguístico (Trask, 2004). A esse tipo, Trask denomina dialetos regionais, em contraposição a dialetos sociais ou socioletos, que são maneiras distintas de falar por membros de diversos grupos sociais.

Ao discutir sobre tal aspecto, de acordo com as concepções de Cunha (2008, p. 27) “a língua não se apresenta uniforme e única: ela apresenta variações, conforme os grupos que a usem. Cada uma das variantes da língua usada por um grupo apresenta regularidades, recursos normais para aquele grupo, e chama-se dialeto”.

Dialeto então seriam as “variações de uso regional, que se verificam na entonação, no vocábulo e em algumas estruturações sintáticas, caracterizando uma comunidade linguística dentro de um determinado espaço geográfico” (Silveira, 2009, p. 89).

Segundo Cunha (2008, p. 27) “os principais dialetos são: o etário (da criança, do jovem e do adulto); o geográfico, ou regional; o de gênero (feminino e masculino); o social (popular e culto); o profissional”.

Cabe aqui ressaltar que as variações de dialeto e registro costumam ser usadas para distinção social, qualificando os falantes de acordo com sua origem, grau de escolaridade, profissão, etc.

No que se refere ao socioleto Trask (2004) esclarece que são maneiras distintas de falar, realizadas por membros de diferentes grupos sociais, que estão inseridos em universos socioculturais diferentes, que têm relações diferentes de trabalho, posições econômicas diferentes, graus de instrução, sexo e idades diferentes, além de outros fatores.

Entende-se por cronoleto a variedade que é usada por falantes de determinada idade, ou seja, de uma determinada geração. Diferentemente dessa faixa a ser estudada, mas relacionada a ela, ou seja, analisando de um outro ângulo, podemos citar aqui a variação linguística histórica, que é essa que acontece com o passar do tempo e cujo estudo pode analisar, por exemplo, razões por que uma forma de uso da língua caiu em desuso.

Sobre o idioleto, é um tipo de variação que designa o que há de individual na linguagem de um falante, seu repertório vocabular, o modo como pronuncia as palavras, como elabora as sentenças e assim por diante (Bagno, 2007, p. 47). Um exemplo que podemos dar é sobre a análise feita de uma pessoa que é pastor, professor, pai e amigo, ele faz variações linguísticas conforme a situação em que se encontra. Além de ter elementos idioletais (próprios do indivíduo), há também socioletais, pelo fato de o falante participar de vários ambientes sociais.

Ao abordar sobre o registro, Cunha (2008, p. 40) ressalta que “o registro é a variante escolhida pelo sujeito em cada ato específico de comunicação, segundo o contexto”.

As variações são decorrentes de ajustes em função da situação contextual e do destinatário. Em consequência, podemos separar várias modalidades e níveis de língua: escrita, falada, jurídica, dos economistas, dos internautas, etc.

Nesse sentido, “os registros são basicamente dois: o formal e o informal, segundo o distanciamento requerido pela situação. Entre os dois extremos, há muitas gradações. Os registros podem apresentar-se tanto na forma oral como na forma escrita da língua” (Cunha, 2008, p. 40).

Cabe aqui destacar que o registro formal é caracterizado como sendo a linguagem culta, correta, que obedece criteriosamente as regras gramaticais, este tipo de linguagem geralmente pode ser encontrada em livros, revistas e alguns jornais.

Já o registro informal é uma linguagem mais familiar que não está preocupada com as regras gramaticais, pode-se dizer que é a linguagem utilizada no cotidiano em que não exige a observância total da gramática, de modo que haja mais fluidez na comunicação feita através dos envolvidos no diálogo, utiliza-se de gírias e palavras infanto-juvenis.

Percebe-se que ensinar gramática também faz parte do ensino da língua, mas não se deve ter uma concepção de gramática – e língua – como algo único e acabado.

Destarte, cabe ao professor, partindo da gramática internalizada do aluno e retornando a ela, refletir sobre as diversas concepções de gramática como instrumentos que podem auxiliar nos procedimentos pedagógicos, bem como os recursos linguísticos colocados à disposição do usuário, inclusive como alternativas para a produção de efeitos de sentido, chegando ou não a uma descrição sistematizada ou normativa destes.

Os elementos componentes de uma língua têm uma uniformidade capaz de distingui-la de uma outra língua. Como isso, todos os falantes conhecem as estruturas gerais de funcionamento da língua. Por outro lado, não há duas pessoas que falem da mesma forma, embora estejam falando a mesma língua. O modo de cada falante utilizar os recursos linguísticos de dada língua é responsável pelo fenômeno da diversidade. Essas variações, muitas vezes, são pouco perceptíveis e, outras vezes, são bastante evidentes e recebem o nome genético de variações linguísticas.

Em suma, o ambiente sociocultural determina o nível da linguagem a ser empregado. O vocabulário, a sintaxe, a pronúncia e até a entoação variam segundo esse nível. Um padre não fala com uma criança como se estivesse dizendo missa, assim como uma criança não fala como um adulto. Um engenheiro não usará um mesmo discurso, ou um mesmo nível de fala,

para colegas e para pedreiros, assim como nenhum professor utiliza o mesmo nível de fala no recesso do lar e na sala de aula.

Outro aspecto a considerar é que existem níveis de variação linguística dentro de cada ângulo, ou seja, níveis em que essas variações ocorrem no âmbito de cada camada detectada. São eles: nível fonético-fonológico, nível morfológico, nível sintático, nível semântico, nível lexical e nível estilístico-pragmático.

No que se refere ao nível fonético-fonológico, sempre que acontece um processo de variação, conseqüentemente há mudança linguística, em cujo início estão os aspectos fonéticos e léxico. Sendo assim, a variação poderá se cristalizar numa mudança. Sobre esse assunto, Cintra (1971, p. 1-2) diferencia dialeto e fala, dizendo que o primeiro consiste de uma mudança morfossintática, ou seja, um desvio na estrutura; o segundo depende somente de uma mudança fonética e lexical, isto é, uma mudança superficial: nos sons e nas palavras.

Assim sendo, tecnicamente falando, esse tipo de variação acontece quando uma palavra é pronunciada de maneiras diferentes (sotaque), e isso pode se dar acrescentando, eliminando ou substituindo/trocando um fonema.

Porém, há uma questão histórica que já causou estremeamentos em relação a essa variação ser ou não ser válida, pelo fato de que não havia fatores extralinguísticos que a fizessem variar, a exemplo do que acontece com o nível morfológico. “É tomando tais constatações como axiomas que muitos estudos sintáticos renunciam a variáveis sociais antes mesmo de prova-las irrelevantes”, diz Gonçalves (2008, p. 5).

O próprio autor (Gonçalves, 2009, p. 5) diz que “parece indiscutível que fatores extralinguísticos podem atuar na estratificação social de fenômenos sintáticos, ainda que não se apresentem nos mesmos níveis de significância que têm para o condicionamento de regras variáveis morfológicas”, o que nos faz continuar considerando o fator sintático como um fator de variação.

Há nível estilístico-pragmático, as variações que ocorrem neste nível, assim o são pelo fato de o falante estar preocupado com o menor ou maior grau de formalidade que vai dar ao seu discurso, em consonância com o grau de formalidade do ambiente, associado ainda à intimidade que ele tenha com os interlocutores. Assim, um mesmo indivíduo acaba usando diversas variações, conforme forem os casos.

É possível notar essa diferença até mesmo por meio de exemplos descontextualizados, como nas expressões “por favor, abram o livro!”, “abre logo o livro!” e “gente, vamos abrir o

livro”, que correspondem ao mesmo ato, no entanto são empregadas em diferentes situações de interação social.

Há ainda a observar que não existe nenhuma variedade local, regional ou nacional que seja a “mais correta”, a “mais pura”, a “melhor” em relação à outra. Todas as variedades servem perfeitamente aos propósitos daqueles que as empregam.

Cabe aqui ressaltar que a variação linguística ocorre por inúmeros fatores, e é influenciada pela origem geográfica do indivíduo, a situação econômica, o seu grau de escolaridade, a sua idade e o sexo, porém, nenhuma variação é incorreta.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Dominar a norma culta é um dos objetivos do ensino da Língua Portuguesa, uma vez que ela é necessária e predominante na maioria dos gêneros textuais: documentos, livros, jornais, revistas; assim como em grande parte do noticiário de rádio e televisão. Trata-se de uma norma utilizada por grupos escolarizados, em geral privilegiados do ponto de vista social e econômico, e, por tanto também cultural. Porém, ela é uma das variantes de dialeto tão eficiente e tão válida quanto qualquer outra.

É muito comum relacionarmos a linguagem literária com norma culta e com registro formal. Mas isso não ocorrerá porque se trata de “seguir” o padrão (nada é mais potencialmente subversivo do que a arte), mas porque, no contexto da obra o que cabe é, eventualmente, a língua padrão. Não tem, portanto, compromisso à priori com a correção da norma culta. Cada texto literário em qualquer gênero, cria sua própria lógica, e é com base nessa lógica que podemos entrar nele e avalia-lo.

Dessa forma, a escola deve estar aberta à pluralidade dos discursos para que se desenvolva a competência comunicativa dos usuários da língua, conforme concepções de Travaglia (1997). Para ele, a sociedade não deve colocar as variedades linguísticas dentro de escalas valorativas, o que existe são sujeitos de geografias diferentes e preconceitos intrínsecos na nossa sociedade sobre o uso da língua.

Contudo, uma vez que sabemos desses preconceitos, a escola deve conscientizar-se de seu papel, usar a riqueza dessas práticas sociais, as variedades linguísticas, em favor da interação, do fazer com que o aluno se sinta sujeito ativo e formador de uma sociedade. Pelo contrário, se a escola sobrepor o valor da escrita à fala, valorizando apenas a norma culta padrão, corre o risco de fazer com que alunos se sintam excluídos, desvalorizados dentro do

processo ensino/aprendizagem, e por consequência, sujeitos que fazem parte de uma sociedade não tão valorizada, dando a impressão de que são uma classe marginalizada. Não há como moldar um sujeito assim como não há como moldar uma língua, os dois vivem e necessitam de adaptações dentro do papel que exercem.

Certamente, durante a avaliação educacional, o professor deve considerar a formação de ideias do aluno, assim, deve-se computar o entendimento do assunto e de sua relação com o ensinado e não apenas a escrita de forma “correta”.

Partindo do pressuposto de que a fala varia por necessidades e aspectos diversos, torna-se basicamente impossível registrá-la e talvez pelo motivo de a escrita sobreviver através de registros, e na sociedade ter-se criado o mito de que vale o que está escrito, é que há a sobreposição desta sobre aquela. A oralidade faz uma definição do homem como um ser falante e não um ser que escreve.

Todavia, acredita-se que uma não se sobrepõe à outra, são atividades interativas e complementares no contexto das práticas da avaliação educacional. No contexto das variedades linguísticas, seja no âmbito dialetal ou de registros, há que se considerar a oralidade e o letramento enquanto práticas sociais.

No Brasil, embora a língua falada pela maioria seja o Português, apresenta um altíssimo grau de diversidade, não só pela sua geografia continental, geradora de diferenças regionais, como também pela injustiça social que o coloca como o segundo país do mundo com a pior distribuição de renda.

É importante salientar que, felizmente, essa realidade que hoje nos apresenta – a constatação de que existe essa diversidade linguística – é reconhecida pelos órgãos oficiais encarregados de planejar a educação no Brasil. Inferimos, entretanto, que é perfeitamente natural, até, exigir que o aluno aprenda a norma culta para que possa utilizá-la nas mais diversas situações sociais do seu cotidiano. Mas também absurdo, fazer com que este aluno aprenda apenas um único dialeto, de determinada zona ou região, sendo absurdo também avalia-lo negativamente por não ter escrito de forma “correta”.

Verifica-se, portanto, preconceitos que definem as formas de prestígio, onde as escolas, em sua maioria, ocultam a relação entre língua e grupos sociais.

Partindo do pressuposto de que a linguística não cabe apenas à tarefa de produzir conhecimentos teóricos a respeito da linguagem e das línguas, defende-se que uma das teses centrais dessa ciência é que o sentido decorre da diferença.

Entretanto, cabe ao professor de língua portuguesa, a tarefa de levar os homens ao conhecimento mútuo, isto é, o conhecimento dos valores, conceitos, anseios, medos, perspectivas, utopias e expectativas que os diferenciam, a fim de possibilitar o reconhecimento e a aceitação dessa diferença como base sobre a qual se pode erigir o espaço comum.

Em países com o Brasil, em que a formação social inclui índios, negros, europeus, asiáticos e outros, a expressão linguística apresenta-se diversificada, tanto no que diz respeito ao uso de variantes a língua portuguesa, quanto no que se refere à presença e outras línguas faladas em algumas comunidades étnicas.

Dessa forma, essa situação não pode ser ignorada pela escola. Ensinar a ler e escrever ou ensinar a compreender e a produzir textos são atividades que pressupõem uma formação linguística diversificada e especializada por parte daqueles que as exercem.

O profissional que ensina a língua precisa saber lidar, por exemplo, com a questão do (des)respeito linguístico, com as atitudes puristas excludentes, com os empréstimos de outras línguas, com o neologismo que surge abundantemente ou qualquer outra questão linguística envolvida na construção humana e social.

Daí a necessidade de implementação de pesquisas empíricas sobre língua escrita e falada, tendo como sujeitos da amostra alunos de séries iniciais de escolas de várias regiões do país, oriundos de diferentes camadas sociais, sendo de suma importância a adequação da avaliação educacional frente a esse contexto.

É notório que o século XX presenciou inúmeras mudanças em diferentes níveis do conhecimento científico abrangendo as diversas áreas. Não fugiu à regra a linguística que, já no início daquele século, apontava para novas concepções que resultariam em consistentes paradigmas, a exemplo da variação linguística. Atrelada a essa proposta, o estudo das variações (dialetos e relatos) ganhou impulso e aprofundamento dos estudos nessa área e levou a reflexões interessantes no que concerne à compreensão da língua.

Percebe-se que a mudança de foco para uma outra região do país, cujos dialetos e relatos são significativos e diferenciados de acordo com as concepções de cada povo, apresenta uma valiosa contribuição para a compreensão e discussão de quão rica e uniforme é a língua portuguesa falada no Brasil e que independente da região, há de se considerar que as formas de fala e escrita devem ser valorizadas e respeitadas, trabalhando com os alunos a variedade linguística para que eles percebam que cada modo de agir e relacionar têm suas particularidades.

Conquanto, é fato facilmente observado em qualquer língua ou dialeto, que os falantes realizam certos tipos específicos de escolha entre dois ou mais sons, palavras ou estruturas, que costumam ser facilmente identificadas de imediato por qualquer falante do português brasileiro, principalmente quando em contato com falantes provenientes de outras localidades brasileiras ou até mesmo de outros países onde se fala língua portuguesa.

Também se nota, talvez com um pouco mais de atenção, que a opção de escolha pode não ser sempre a mesma até quando se considera um único falante. Tais possibilidades de escolha podem coexistir de modo estável em uma língua até por séculos, conforme ressalta Fernandes (2002).

Nesse ponto, é fundamental ter em mente a ideia de que a variabilidade é uma característica inerente a qualquer sistema linguístico que conduz naturalmente à busca por uma explicação para o fato de o falante, ou grupo de falantes, efetuar determinada escolha e não outra.

Outro fator limitante está relacionado à ideia de que a variação linguística é uma realidade, tanto na língua falada quanto na escrita. Defendemos que a questão da diversidade de usos da língua deve constituir um ponto de partida para o ensino/aprendizagem de língua portuguesa, no ensino fundamental. E esperamos que a escola, que tem como um dos seus objetivos de acesso aos alunos à norma culta da língua possa desenvolver um trabalho a partir dos usos da língua, falada e escrita, sem desprezar as variantes linguísticas dos alunos, evitando, assim, uma atitude preconceituosa e errônea, pois, como sabemos, os fenômenos linguísticos variáveis são passíveis de explicação.

Cabe aqui ressaltar que, a partir da noção plural da gramática, em função dos variados usos da língua, pretendemos mostrar que um estudo comparativo entre a gramática da norma culta e a(s) gramática(s) de usos da língua, pelos alunos, poderá contribuir para um trabalho produtivo e cooperativo entre professor e alunos, objetivando a formação de uma competência linguística e pragmática interativa, voltada para as reais necessidades dos alunos e da sociedade.

Outro aspecto a considerar é que, uma reflexão sobre a prática do ensino da língua no ensino fundamental deve visar a um trabalho cooperativo entre professores e alunos, na sala de aula, que possibilite o desenvolvimento de uma competência linguística e comunicativa, voltada para as reais necessidades dos alunos e da sociedade, e, nesse sentido, destacamos a importância da teoria da variação linguística, para o ensino/aprendizagem da língua na perspectiva da dimensão acima referida e na avaliação educacional dos discentes.

Desse modo, devemos reconhecer, no entanto, que nem toda variação resulta em uma mudança linguística. Toda mudança é associada a uma variação, mas o inverso não é verdadeiro. Além disso, uma mudança linguística é vista como um processo ajustado, como uma evolução linguística, o que naturalmente não acontece num período de tempo muito curto; esse processo pode levar anos, podendo inclusive não se consolidar, pois o sentido social de uma mudança é algo que passa, também por uma avaliação dos usuários da língua.

Cumprido destacar, ainda, que todas as alterações surgidas na língua, historicamente, aconteceram na fala, e muitas dessas alterações encontram-se consolidadas na escrita. Em outras palavras, isso significa que, tendo em vista a importância do papel da escola – que tem como um de seus objetivos trabalhar também a norma padrão, ou a norma culta da língua –, faz-se necessário que haja um equilíbrio entre o ensino da norma padrão e da variedade linguística para que o ensino da língua portuguesa seja realmente a língua nata, nesse sentido, deve-se “aprender a avaliar a aprendizagem” no que se refere as variações linguísticas, já que é uma tarefa que está posta diante de todos nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento e a convergência do potencial da comunicação faz com que a educação, sem dúvida, contribua para a expansão do ensino de maneira a favorecer a transformação dos métodos tradicionais de ensino e de avaliação educacional em uma nova e inovadora proposta pedagógica. Características essas que possibilitam à escola ser o que é hoje: uma referência para a socialização e troca de conhecimento entre professor/aluno. Além de oferecer instrumentos didáticos que apoiem os alunos nos estudos, tendo como objetivo permitir que eles ampliem seu conhecimento teórico ao mesmo tempo em que aprendem a partir de suas experiências, desenvolvendo a capacidade de analisar o mundo ao seu redor.

Para tanto, além de possuírem um alto grau de dialogicidade, o estudo com textos devem ser claros e apoiados por elementos que possibilitem as discussões e trocas de conhecimentos, pois dessa forma, haverá o aprofundamento do conhecimento que proporcionará aos alunos o acesso a matérias de jornais e revista, artigos e textos extraídos de livros de autores consagrados, e a leitura facilitada das diversas linguagens existentes nesses materiais diversos.

Contudo, devemos atentar a característica que de imediato se evidencia na nossa prática educativa, a de que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos

processos de ensino que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma “pedagogia do exame” (Luckesi, 2013).

Todavia, cada vez mais torna evidente que é preciso analisar a nossa realidade sociolinguística de forma que a variação linguística seja objeto e objetivo do ensino da língua portuguesa, considerando que não há norma melhor nem pior, mais bonita ou mais feia do que qualquer outra norma/dialeto, portanto, na avaliação educativa há de se considerar o entendimento do contexto, da prática educativa e não apenas a obediência as “regras gramaticais”.

REFERÊNCIAS

AKAMATSU, Tsutomu. Phonemics. In: MALM-KJAER, Kirsten (Ed.) **The linguistics encyclopedia**. 2. Ed. London: New York: Routledge, 2002.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**, Loyola, 52ª edição. São Paulo, 2009.

BOWEN, J. D. Da variação múltipla de registro no ensino de inglês. In SOARES, M. (org.). **Didática de português**. Belo Horizonte: Opus, 1972, p.101-114.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental: Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses**. **Boletim de Filologia**. Lisboa, v. 22, n. 1/2, 1971.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar II. **Língua Portuguesa: Caderno de Teoria e Prática 1 – TP1: linguagem e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 174p.: il.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Palavra ponte entre mim e os outros: um estudo do conceito de interação em estudos linguísticos**. **Linguagem & Ensino** (UCPel), Pelotas-RS, v. 5, n.1, p. 127-148, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação**. Proposta para o ensino de Gramática no 1º e 2º graus. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 41-66.